



## 525<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 13 de fevereiro de 2025, às 9h30, na Casa dos Conselhos, situada na Avenida Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 525<sup>a</sup>. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Antíogenes Viana de Sena Júnior; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Luiz Otávio de Melo Cavalcante; Maria Betânia Corrêa de Araújo; Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira.** Conselheiros (as) suplentes: **Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Juliana Santa Cruz Souza; Karl Marx Santos Souza; Mickael de Azevedo Barbosa; Mons. José Albérico Bezerra; Rinaldo Carvalho Barbosa.**

**01. INFORMES;** **1.1** – Definição da reunião do período pré e pós-carnavalesco. **PAUTAS:** **01** – Apresentação dos processos encaminhados pela Fundarpe para o CEPPC, definição de relatores e data de apresentação do voto; **02** – Validação dos membros dos GTs e aprovação do envio para publicação; **03** – Indicação dos membros para a Comissão deliberativa do Prêmio Ayrton (devidas explicações sobre o fluxo dos trabalhos a serem realizados) – participação do Coordenador Flávio Barbosa (Fundarpe). **Cacau de Paula** deu início à reunião ordinária do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, de número 525. A primeira pauta tratou da apresentação dos processos encaminhados pela Fundarpe ao CEPPC, além da definição de relatores e das datas para apresentação do voto. Em seguida, convidou a conselheira Cristiane Feitosa para compor a mesa. **Cristiane Feitosa** apresentou a retomada da análise dos processos de tombamento pelo Conselho, trazendo atualizações sobre os processos já encaminhados e o planejamento para os exames a serem elaborados ao longo do ano. Destacou o exame da Fábrica Caroá, em Caruaru, e o processo da Rádio Difusora de Pesqueira, ambos com parecer favorável da Diretoria de Preservação, aguardando deliberação do Conselho. Para o ano vigente, informou a existência de 60 processos em instrução, mencionando a tramitação do processo da Cruz das Almas, em Castainho, ligada à comunidade quilombola local. Ressaltou a importância da articulação com o IPHAN, que conduz um tombamento federal na mesma área. Propôs a definição dos relatores para esses processos e mencionou o esforço de planejamento para a análise de núcleos urbanos e edificações remanescentes. Entre os processos prioritários, citou o núcleo histórico de Triunfo, a Fundação Joaquim Nabuco, a Usina Santa Terezinha e o Patrimônio Ferroviário. Explicou a necessidade de articulação com prefeituras e comunidades, além do planejamento por semestre, com nove processos para o primeiro e quatro para o segundo. Também destacou a necessidade de avaliar casos de perda de objeto e outras demandas que possam surgir ao longo do ano. **Ana Barbosa** explicou que, dos nove processos previstos para o primeiro semestre, três já estavam disponíveis, sendo dois com chegada esperada até o fim do mês. Ressaltou a necessidade de definir relatorias, organizando os trabalhos em duplas, com pelo menos um titular em cada grupo. Justificou essa divisão para evitar sobrecarga e garantir a efetividade das análises. Solicitou que os interessados se manifestassem e propôs a definição de prazos, sugerindo um período de 60 dias para apresentação dos votos em três datas específicas. Explicou que as duplas defenderiam seus pareceres em



## 525<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

plenária, onde seriam votados. Destacou que os relatórios poderiam passar por revisões caso surgissem elementos que exigissem esclarecimentos ou ajustes, com novas apresentações conforme necessário. **Elinildo Marinho** expressou dúvida sobre a metodologia utilizada para selecionar os bens candidatos a tombamento apresentados ao Conselho. Questionou os critérios de priorização e se há uma avaliação dos riscos estruturais, como desabamento ou deterioração iminente. Citou exemplos, como o incêndio no Museu Histórico Nacional e o desabamento da igreja em Salvador, ressaltando que, embora relatórios técnicos já apontassem os riscos, medidas só foram tomadas após as tragédias. Mencionou que um de seus orientandos, engenheiro e arquiteto, elaborou uma nota técnica sobre os riscos da igreja de Salvador, mas as providências só ocorreram após o acidente fatal. Por fim, questionou se a metodologia adotada inclui a identificação desses riscos e se a priorização dos bens leva em consideração a iminência de danos estruturais. **Cristiane Feitosa** esclareceu que a elaboração do exame é apenas uma etapa do processo de gestão dos bens tombados. Explicou que, a partir da abertura do processo de tombamento, o bem já recebe proteção, permitindo que a equipe atue na fiscalização e monitoramento. Mencionou que a Fundarpe mantém uma rotina de fiscalização e atende a denúncias, citando como exemplo a recente procura de representantes da Arquidiocese após o incidente da igreja de Salvador. Destacou que a seleção dos bens para exame técnico segue diversos critérios, incluindo a antiguidade dos processos, a necessidade de evitar passivos acumulados e a urgência de riscos estruturais. Ressaltou que, embora o exame técnico não garanta proteção imediata, ele contribui para a definição de diretrizes de gestão e preservação. Mencionou que processos de tombamento já abertos, mesmo em situações críticas, contam com articulações entre a Fundarpe e os proprietários para viabilizar notificações e medidas de preservação. Apontou ainda que o Patrimônio Religioso tem recebido atenção especial devido à necessidade urgente de cuidados. Por fim, afirmou que a metodologia utilizada busca alinhar-se com padrões nacionais, incorporando diretrizes já adotadas em outras instituições. Ressaltou que a análise dos documentos permitirá ao Conselho avaliar se as informações e diretrizes propostas são suficientes para garantir a Preservação dos bens. **Ana Barbosa** sugeriu que, considerando a existência dos grupos de trabalho, incluindo o de Patrimônio Material, fosse articulada uma visita com Cristiane Feitosa à Fundarpe. Destacou que essa iniciativa permitiria uma melhor compreensão das informações, além de contribuir para a facilitação, agilização ou esclarecimento de questões relacionadas ao tema. **Cristiane Feitosa** mencionou que, desde o ano anterior, a Diretoria de Preservação conseguiu avançar na contratação de pesquisas para agilizar os processos. Embora os pesquisadores contratados não elaborem os exames técnicos ou pareceres, atividade que permanece sob responsabilidade da equipe, eles auxiliam na coleta de informações e na realização de trabalhos com as comunidades e detentores dos bens, aplicando metodologias participativas de forma mais estruturada. Em 2023, foram contratadas pesquisas para a revisão do processo de Tracunhaém, atendendo a uma demanda do Conselho devido à desatualização do documento, além de estudos sobre a Igreja de São Félix, em Orocó, e a Igreja de São Sebastião, em Ouricuri. Essas pesquisas estavam em andamento e deveriam ser concluídas ainda no primeiro semestre, integrando-se às entregas previstas

## 525<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

para o Conselho. **Augusto Ferrer** e **Betânia Correa de Araújo** se propuseram a elaborar a relatoria do processo de Caroá. Augusto questionou a necessidade de formação de duplas, mencionando que, na gestão anterior, sempre trabalhou com um parceiro, o que considerou positivo. Ele também demonstrou disponibilidade para assumir um processo de Pesqueira, destacando a importância de distribuir as responsabilidades para evitar sobrecarga. Além disso, ressaltou a necessidade de alinhar o calendário para garantir que os prazos, estipulados em 60 dias, sejam cumpridos sem conflitos. **Elinildo Marinho** e **Cláudio Brandão** escolheram a relatoria do processo da Cruz das Almas. **Juliana Santa Cruz** e **Mons. Albérico** ficaram responsáveis pela relatoria do processo da Rádio Difusora. **Elinildo Marinho** manifestou o desejo de visitar o local para conhecer melhor o espaço e identificar aspectos que possam não estar contemplados no processo técnico. Ele destacou a intenção de incluir a dimensão imaterial em seu parecer. **Ana Barbosa** mencionou a possibilidade de viabilizar, junto à Secretaria dos Conselhos, a ida da Fundarpe para atender a um trabalho na região, buscando conciliar as datas. Em seguida, definiu o primeiro item da pauta, referente à formação das duplas e ao prazo de 60 dias, estipulando o início para 17 de abril. A partir dessa data, cada reunião teria uma relatoria. As datas foram organizadas da seguinte forma: 24 de abril para a Fábrica Caroá, 8 de maio para a Rádio Difusora e 15 de maio para Cruz das Almas. Também informou que os processos estariam disponíveis para consulta como referência e inspiração, bastando entrar em contato com Ana Rita durante o horário administrativo para agendar o acesso. **Cacau de Paula** encaminhou o segundo item da pauta, referente à validação dos membros dos grupos de trabalho e à aprovação do envio para publicação. **Ana Barbosa** relembrou que, na semana retrasada, os grupos haviam sido formados com base nas prerrogativas legais e atribuições. Explicou que a revisão seria feita para contemplar aqueles que não estavam presentes na ocasião. Após a validação, os grupos seriam oficialmente constituídos e encaminhados para publicação no Diário Oficial. **Cacau de Paula** ressaltou como os grupos de trabalho foram definidos: **Grupo de Articulação e Comunicação junto à Sociedade e às Instituições de Proteção ao Patrimônio Vivo**: Elinildo Marinho, Maria Elizabeth Santiago, Maria Teresa, Luiz Otávio, Harlan Gadêlha e Antiógenes Viana; **Grupo de Monitoramento dos Bens Culturais Acautelados e em Risco de Extinção**: Juliana Santa Cruz, Betânia Correa de Araújo, Augusto Ferrer, Cláudio Brandão, Cristiane Feitosa e Mons. Albérico; **Grupo de Registro de Bens Imateriais**: Elinildo Marinho, Teresa Duere e Karl Marx; **Grupo de Tombamento de Bens Materiais em Extinção**: Juliana Santa Cruz, Betânia Correa de Araújo, Augusto Ferrer, Cristiane Feitosa e Rinaldo Carvalho; **Grupo de Fomento à Criação e Monitoramento dos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural**: Ana Paula Jardim, Elinildo Marinho, Cacau de Paula, Renata Borba e Ana Barbosa. **Cacau** apresentou o terceiro item da pauta, referente à indicação dos membros para a comissão deliberativa do Prêmio Ayrton. Em seguida, chamou Flávio Barbosa para explicar o fluxo de trabalho do prêmio antes de abrir a participação dos demais membros. **Flávio Barbosa**, assessor de Gestão na Fundarpe e integrante da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, apresentou uma explanação sobre o Prêmio Ayrton. Ele destacou que o prêmio, em sua décima edição, homenageava Ayrton de Almeida Carvalho, professor e ex-representante

## 525<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

do IPHAN, reconhecido por sua contribuição à Preservação do Patrimônio Cultural. O prêmio, com valor total de R\$ 90.000,00, estava dividido em três categorias: Formação, Promoção e Difusão; Acervos Documentais e Memória Cultural, cada uma premiando primeiro e segundo colocados. Flávio explicou que o prêmio visava reconhecer iniciativas da sociedade civil voltadas à valorização e preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco. Podiam concorrer projetos concluídos ou em andamento, desde que tivessem atuação parcial ou total no Estado. Ele mencionou exemplos de edições anteriores e detalhou o cronograma, enfatizando a necessidade de publicação da comissão de análise até 11 de abril. A análise das candidaturas ocorreria de 28 de abril a 13 de junho, com a divulgação dos resultados em 27 de junho. A entrega da premiação será realizada durante a Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco. Flávio ressaltou que a avaliação será feita dentro da plataforma Mapa Cultural e que a comissão de análise é composta por cinco instituições: o CEPPC, a UFPE e a UPE, entre outras. Ele explicou os critérios de avaliação, que envolvem valor cultural, qualidade técnica e aspectos sociais do projeto, cada um com pesos específicos. Por fim, Flávio reforçou a importância dos pareceres individuais e da pontuação atribuída aos projetos, esclarecendo que a equipe da Fundarpe prestaria suporte durante todo o processo. Ele se colocou à disposição para dúvidas e reforçou a necessidade de indicar os membros da comissão dentro do prazo estabelecido. Ana Barbosa pediu a recapitulação do período de trabalho da comissão. Foi esclarecido que haveria duas etapas: a primeira, dedicada à análise dos relatórios, e a segunda, ao debate sobre os projetos. O período de avaliação ocorreria de 28 de abril a 13 de junho, sendo que, na última semana, a comissão se reuniria, presencial ou virtualmente, para discutir e definir os projetos premiados. Também foi mencionada a possibilidade de essa discussão ocorrer na segunda semana de junho. Ana Barbosa questionou ainda a média de relatórios recebidos nos últimos dois anos e como haviam sido distribuídos. Flávio Barbosa informou que, em média, cada parecerista avaliava de 8 a 10 projetos, raramente ultrapassando 12. Ele destacou que o prêmio estava sendo mais acessado, com 150 inscrições em rascunho, o que demonstrava um maior interesse no edital. No entanto, mencionou que algumas pessoas se inscreviam com a expectativa de obter fomento para a realização de ações, o que não era o objetivo do prêmio. Ele esclareceu que a comissão de análise só será publicada após o encerramento das inscrições, em 4 de abril, para evitar conflitos de interesse entre seus membros. O resultado das candidaturas habilitadas e inabilitadas será divulgado até 15 de abril, antes do início da análise. No processo de organização, uma comissão verificará se as propostas contêm a documentação exigida e se atendem aos critérios do edital. Projetos ainda não realizados serão inabilitados, e o número de inscrições poderá variar. Flávio enfatizou a importância do envolvimento, tanto dos titulares quanto dos suplentes, pois isso permitirá uma divisão mais equilibrada do trabalho de análise. Além disso, explicou que uma dupla de voluntários era necessária para a função, mas que não poderia ser a mesma do ano anterior, o que tornava Augusto e Ana Paula impossibilitados. Outros membros, como Elinildo, poderiam participar novamente, assim como aqueles que nunca haviam integrado a comissão, pois não havia impedimentos. Augusto Ferrer incentivou a participação no processo, destacando sua experiência enriquecedora,

## 525ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

especialmente na troca democrática de diferentes entendimentos. Ele ressaltou que, apesar de o CEPPC exercer a presidência da comissão, a Fundarpe oferece assessoria eficiente, garantindo um processo claro e bem conduzido por Flávio. Ele reconheceu que, embora o número de inscritos pudesse ser alto, nem todos tinham conhecimento sobre como elaborar corretamente uma inscrição. Muitos projetos apresentavam falhas, como falta de documentação ou preenchimento inadequado, o que reduzia significativamente o número de propostas aptas para análise. Por fim, recomendou a participação, enfatizando a importância e o aprendizado proporcionados pelo processo. **Maria Elizabeth Santiago** relatou sua recente experiência como parecerista da PNAB, no Rio Grande do Norte, onde avaliou um grande volume de projetos, totalizando 204 inscrições. Ela destacou a riqueza do aprendizado, especialmente ao observar desafios enfrentados por produtores e artistas, como dificuldades tecnológicas. Ela mencionou que muitas propostas apresentavam inconsistências, como portfólios que não comprovavam as narrativas descritas. Apesar desses desafios, considerou a experiência extremamente enriquecedora e ressaltou o valor de atuar como parecerista em editais. **Ana Barbosa** questionou sobre o calendário da premiação do Patrimônio Vivo para evitar conflitos de datas. Ela mencionou que a divulgação do resultado ocorre tradicionalmente na semana do dia 17 de agosto, data nacional do Patrimônio Histórico, que naquele ano cairia em um domingo. A entrega da premiação ocorreria na mesma semana, com abertura oficial prevista para o dia 18 e programações estendidas até o dia 22, além de eventos posteriores. Ela destacou a necessidade de registrar essas datas em ata para manter o planejamento alinhado, incluindo a relatoria, o Prêmio Ayrton e o Patrimônio Vivo. **Flávio Barbosa** respondeu que o calendário do Patrimônio Vivo ainda estava sendo revisado por Marcelo Renan, coordenador do certame. No entanto, confirmou que as etapas de escolha geralmente ocorriam entre junho e julho, com o anúncio final em agosto, exigindo um tempo curto para organizar a cerimônia. Ele reforçou que a escolha do Patrimônio Vivo aconteceria entre junho e julho, com a semana do patrimônio prevista para 17 a 22 de agosto, e que as análises seriam realizadas nesse período. Além disso, registrou que a janela de atividades iria de 28 de abril a 13 de junho. **Maria Elizabeth Santiago** perguntou se os conselheiros poderiam enviar projetos para o Prêmio Ayrton. Além disso, mencionou sua participação no coletivo de comunicadores da Rádio Frei Caneca, onde produzia dois programas: "Mulheres Cantando pra Jah" e "O Coco e suas Vertentes", este último dedicado aos cocos de roda de Pernambuco. Ela questionou se projetos de difusão, especialmente programas de rádio, poderiam ser contemplados no edital, considerando a predominância dos podcasts na atualidade. **Flávio Barbosa** explicou que não havia impedimento para o envio de projetos pelos conselheiros, mas, caso um membro tivesse submetido um projeto, não poderia integrar a comissão para evitar conflito de interesse. Sobre a rádio, afirmou que projetos desse tipo se encaixavam perfeitamente no edital. Além disso, sugeriu que, se houvesse interesse, a rádio poderia abrir espaço para a divulgação do edital, permitindo que mais pessoas da audiência tivessem conhecimento e participassem. **Karl Marx** parabenizou Flávio pelo prêmio, destacando sua importância para a valorização das ações de Preservação do Patrimônio no Estado. Em seguida, colocou seu nome à disposição para integrar a comissão de avaliação,

5



## 525ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

representando o CEPPC. **Maria Elizabeth Santiago** também se colocou à disposição para participar do edital, considerando a existência de uma vaga disponível. **Ana Barbosa** confirmou a formação da comissão com os conselheiros Karl Marx e Maria Elizabeth Santiago, que representarão o Conselho no Prêmio Ayrton, em 2025. **Elinildo Marinho** reconheceu a importância do Prêmio Ayrton e destacou sua consolidação como Política Pública, assim como o Patrimônio Vivo. Ele mencionou sua experiência, tanto como proponente, quanto como avaliador, citando o Museu das Tradições, vencedor do ano anterior, onde atuava como museólogo. Apesar de valorizar as iniciativas, Elinildo expressou preocupação com a exclusão de pessoas sem letramento digital. Ele ressaltou que a predominância do formato digital limitava o acesso de uma parcela significativa da população, que poderia desconhecer o edital por falta de materiais físicos em locais estratégicos, como sedes culturais e museus. Para ampliar o alcance, sugeriu a distribuição de materiais impressos acompanhados de *QR Codes* e a realização de formações presenciais. Ele recordou que, entre 2018 e 2019, a Fundarpe promoveu formações presenciais para o Prêmio Ayrton e o Patrimônio Vivo, percorrendo os seis Sertões do estado, o que considerou essencial. Assim, defendeu a complementação das atividades virtuais com encontros presenciais, garantindo o acesso de quem não dispõe de internet ou não domina ferramentas digitais. **Flávio Barbosa** agradeceu a Elinildo pela sugestão e afirmou que a ampliação da divulgação do prêmio estava sendo considerada no processo de melhorias mencionado por Ana. Ele reconheceu a importância da democratização do acesso à informação e se comprometeu a levar a proposta adiante, buscando meios físicos para ampliar a divulgação e interiorizar a formação de maneira presencial. Ele explicou que a realização dessas formações dependia do cronograma do Prêmio Patrimônio Vivo e do Funcultura, para que o circuito ocorresse de forma otimizada. No entanto, garantiu que o planejamento já estava em andamento e que a realização das formações presenciais permitiria maior alcance e diversidade no processo de inscrição. Flávio ressaltou a necessidade de realizar essas ações dentro de um prazo adequado, mencionando que as inscrições permaneceriam abertas até abril. Ele destacou que seria importante iniciar a mobilização logo após o Carnaval, evitando deixar para o final do prazo, o que poderia dificultar a formatação adequada dos projetos pelos participantes. **Ana Barbosa** destacou que, dependendo da localidade, a divulgação impressa poderia não ser suficiente e sugeriu alternativas. Ela incentivou os presentes a contribuírem na divulgação, seja utilizando suas redes sociais, imprimindo materiais ou repassando informações, para não depender exclusivamente da equipe da Fundarpe, que poderia ter dificuldades logísticas devido ao tamanho do estado. Ela ressaltou que, embora nem todos tenham acesso direto à tecnologia, a maioria das pessoas possui um celular ou conhece alguém que possa repassar a informação. Dessa forma, defendeu a importância de os próprios membros do grupo atuarem como canais de divulgação, estimulando a participação e o engajamento da comunidade. **Flávio Barbosa** informou que encaminharia o material de divulgação para que os conselheiros pudessem distribuí-lo nos grupos, ampliando o alcance das informações. Ele reforçou que continuariam buscando soluções para a divulgação impressa. **Cacau de Paula** complementou, sugerindo que a equipe da Cultura de Território poderia auxiliar nesse processo, pois havia um grupo com todos os secretários

## 525<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

municipais de Cultura. Ela ressaltou a importância de envolver esses gestores na divulgação e mencionou a possibilidade de marcar uma formação para que também atuassem como multiplicadores da informação. Cacau de Paula encerrou o terceiro ponto da pauta, referente à indicação de membros para a comissão deliberativa do Prêmio Ayrton, e passou para os informes. Ela destacou a necessidade de definir o calendário de reuniões no período pré e pós-carnavalesco. Após diálogo com os conselheiros, ficou decidido que a reunião do dia 20/02/2025, seria presencial, enquanto a de 27/02/2025, devido à abertura do Carnaval, ocorreria de forma virtual. As reuniões seguintes foram agendadas para 13/03/2025 (presencial), 18/03/2025 (virtual) e 20/03/2025 (presencial). **Augusto Ferrer** informou sobre processos de tombamento em andamento e destacou que, no dia 21, o Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife aprovaria a viabilidade de um empreendimento de impacto na Fábrica da Torre. Ele explicou que, devido à sua relevância para memória, economia e mobilidade, o projeto seria analisado por uma comissão especial. A Fundarpe emitiu um parecer favorável à viabilidade do empreendimento, sem impedir que algo fosse projetado no local. No entanto, Augusto ressaltou que o Conselho Estadual, responsável pela deliberação final sobre o tombamento, deveria avaliar como participaria desse processo, considerando que qualquer intervenção poderia influenciar a decisão futura. Ele alertou sobre a possibilidade de pressões imobiliárias afetarem o juízo do Conselho e sugeriu que o caso fosse analisado com atenção. Além disso, mencionou que a Fábrica Caroá enfrentava uma situação semelhante, com um projeto do Porto Digital em andamento. Por fim, destacou a necessidade de o Conselho discutir internamente prazos, pareceres e exigências, além de se preparar para lidar com pressões externas. **Cristiane Feitosa** respondeu a Augusto que a viabilidade do empreendimento na fábrica da Torre foi um dos critérios para avançar com o exame, sendo essa a competência da Fundarpe na análise e aprovação dos projetos de intervenção. O local encontrava-se abandonado e sem uso há muito tempo, e cabia ao órgão garantir a preservação do Patrimônio. A Prefeitura do Recife havia alterado a ordem de análise desses projetos, priorizando a viabilidade antes da elaboração do projeto, o que era compreensível, pois cada etapa precisava ser cumprida. Assim, era essencial aprovar a viabilidade para assegurar que o Patrimônio fosse utilizado de forma adequada e com intervenções que respeitassem sua preservação. Ela destacou a importância da participação do Conselho nessas discussões, especialmente em projetos polêmicos, mencionando que debates desse tipo costumavam envolver diversas entidades, como ocorreu no ano anterior com o projeto do Zeppelin. Ressaltou que as competências dos órgãos não se encerravam neles mesmos, cabendo à Fundape a análise técnica e ao Conselho o papel de provocador e participante atento às decisões. Garantiu, ainda, que a diretoria mantinha o cuidado necessário na análise desses projetos, o que permitiu o avanço no exame da fábrica, antecipando-se ao projeto, que ainda estava na fase de viabilidade e não seria implementado imediatamente. Além disso, mencionou que já haviam sido iniciados diálogos sobre as futuras ocupações e construções na área, considerando possíveis impactos e discutindo com projetistas. Reforçou que o envolvimento do Conselho seria fundamental nesse processo e explicou que a antecipação do exame visava permitir um debate mais estruturado antes da tramitação do projeto. **Ana Barbosa** informou que o conselheiro

## 525<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Luiz Otávio, colunista da Folha de Pernambuco, autorizara a divulgação de um material de sua autoria, que seria compartilhado no grupo e disponibilizado no *Google Drive*. O artigo abordava o tema do Patrimônio Vivo de Pernambuco e estava alinhado com os debates da reunião anterior, enfatizando a importância do respeito à cultura, ao Patrimônio Vivo, às diferenças e ao sincretismo religioso. No texto, o conselheiro destacava a necessidade de preservar o valor cultural diante de outras influências. Embora o artigo não tenha sido lido na ocasião, seria compartilhado para que os demais conselheiros tivessem acesso. A publicação representava um desdobramento da última reunião, registrando publicamente a manifestação do Conselho. Além disso, Luiz Otávio utilizara sua coluna não apenas como jornalista, mas também como conselheiro, dando visibilidade ao trabalho do colegiado. Ana Barbosa reforçou a importância de utilizar os canais disponíveis para ampliar a voz do Conselho, lembrando que os conselheiros, no exercício de suas funções, assumiam um papel semelhante ao de servidores públicos ao defenderem o Patrimônio Cultural do Estado. Por fim, Ana Barbosa e Cacau de Paula parabenizaram Luiz Otávio pela iniciativa. **Elinildo Marinho** parabenizou o conselheiro e afirmou que leria o texto, destacando a importância de abordar o tema do Patrimônio Vivo e sua relação com a última reunião, além dos acontecimentos na Casa Xambá e com Pai Ivo. Em seguida, questionou sobre o andamento da nota de solidariedade, perguntando se a versão final já estava pronta para publicação. Ele também sugeriu que o Conselho realizasse uma visita ao Terreiro Xambá, considerando que muitos membros ainda não conheciam o local. Além disso, solicitou informações sobre o cumprimento das deliberações da reunião anterior, especialmente quanto ao convite à Governadora para receber o Conselho. Questionou se o ofício já havia sido expedido e encaminhado, ressaltando a importância de ter respostas concretas para apresentar a Pai Ivo na possível reunião na Casa Xambá. **Ana Barbosa** leu a nota de solidariedade, que recebeu sugestões de alguns conselheiros e foi aprovada com modificações. O texto final incluiu a menção à Arquidiocese e alterou a expressão "diante dos atos criminosos de intolerância religiosa" para "diante dos atos criminosos de racismo religioso". Nada mais a tratar, **Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista** deu por encerrada a reunião e eu, **George André Gomes Bezerra**, Servidor Público, na ausência da Secretária Amanda Carneiro, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

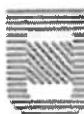
George André G. Bezerra  
George André Gomes Bezerra (Servidor Público)

Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista (Presidente)

Ana de Fátima Braga Barbosa  
Ana de Fátima Braga Barbosa (Vice-presidente)

Antônio Viana de Sena Júnior  
Antônio Viana de Sena Júnior

Maguire Faz - Augusto FERRER do Castro Melo 8

**525<sup>a</sup> Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC**

---

Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

---

Luiz Otávio de Melo Cavalcante

---

Maria Betânia Corrêa de Araújo

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

---

Juliana Santa Cruz Souza

---

Karl Marx Santos Souza

---

Mickael de Azevedo Barbosa

---

Mons. José Albérico Bezerra

Rinaldo Carvalho Barbosa